

Acabamento Folder. Tamanho (200 x 210 mm), com acabamento em uma dobra, impressão em 4x4 cores, em papel couchê liso e fosco 120g. Acondicionado em embalagens com 100 (cem) unidades. (Cód. 110604). Quant: 19000; Vlr. Unit: R\$ 0,12; Subtotal R\$ 2.280,00; Valor total da Nota de Empenho: R\$ 10.080,00. Assinada por LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Amparo Legal: ARP 16/2020, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 06/2020/TRE-RO.

## **EXTRATOS DE TERMO ADITIVO**

### **PROCESSO: SEI Nº. 0001552-45.2017.6.22.8000 - PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Espécie: Publicação do Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 22/2018, assinado em 30/11/2020. Contratada: EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA, CNPJ n. 15.110.739/0001-23. Objeto: I - prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 22/2018 por mais 180 dias corridos, a contar de 05/12/2020 e data final em 02/06/2021, sem ônus para o Contratante; e II - prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 22/2018 por mais 180 dias corridos, a contar de 21/09/2020 e data final em 19/03/2021, sem ônus para o Contratante. Fundamentação: Art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA QUARTA, Subcláusula Terceira, do Contrato originário. Ato de Autorização: DECISÃO Nº 126/2020 - PRES /GABDG, de 25/11/2020. Signatários: pelo Contratante, Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, o Senhor LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA.

## **5ª ZONA ELEITORAL**

### **DESPACHOS**

#### **REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) Nº 0600178-63.2020.6.22.0005 / 5ª ZONA ELEITORAL DE COSTA MARQUES RO**

REQUERENTE: VAGNER MIRANDA DA SILVA, COSTA MARQUES NO RUMO CERTO 10-REPUBLICANOS / 11-PP, PARTIDO PROGRESSISTA - PP COMISSAO PROVISORIA, PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - PRB COMISSAO PROVISORIA

#### **DESPACHO**

Vistos.

Trata-se de Recurso Inominado interposto pelo advogado Ronan Almeida de Araújo em sede de Notícia de Inelegibilidade em desfavor de Wagner Miranda e Claudio Xavier Custodio (prefeito e vice-prefeito eleitos em Costa Marques, respectivamente), com pedido de remessa ao e. TRE-RO.

Inicialmente, não teve sua Notícia de Inelegibilidade conhecida por este Juízo porquanto intempestiva e ausentes requisitos de legitimidade, sendo analisada e repelida também pelo Ministério Público Eleitoral, como eventual legitimado constitucional.

Insatisfeito com a negativa, valeu-se de via inadequada para manejar Mandado de Segurança contra aquela decisão. Intento indevido pela via eleita, nos termos da Súmula 267 do STF 267 "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".

Nessa ação constitucional, o voto do Relator Juiz Francisco Borges Ferreira Neto pontuou: "(...) o impetrante não comprovou ter protocolado o recurso cabível, tampouco vindica qualquer efeito suspensivo, o que revela a pretensão revisional do mandado de segurança em análise e, como já mencionado, o mandamus contra ato judicial só é admissível para emprestar efeito suspensivo ao recurso e não para discutir a decisão". Acórdão unânime, nos termos apresentados.